

RASO, SGPS, S.A.

**CONTAS
INDIVIDUAIS
IFRS
Dezembro de 2008**

RASO, SGPS, SA

SEDE: Aeroporto de Lisboa, Rua C, Edifício 124, 5º Piso

Matriculada na Conservatória Registo Comercial do Porto e NIF nº 508 708 559

Capital Social 25.000.000 Euros

SERVIÇOS FINANCEIROS - CONTABILIDADE

RASO, SGPS, SA

Relatório de Gestão

Senhores Accionistas:

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos a V. Exas, o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2008.

Enquadramento macroeconómico e de mercado

O ano de 2008 ficou marcado pelo agravamento da crise financeira que nasceu com o colapso do sistema de *subprime* dos EUA, em Agosto de 2007. A crise passou para a economia real quando a falência de instituições financeiras no Verão de 2008 abalou a confiança dos agentes levando ao endurecimento das condições de concessão de crédito e, conseqüentemente, a uma crise de ausência de liquidez. A repercussão destas dificuldades ao tecido empresarial conduziu ao aumento do desemprego e instalou um cenário de insegurança fazendo desde logo com que a crise se manifestasse no consumo privado que registou um forte abrandamento.

Tratando-se de uma crise à escala global, os seus efeitos também se fizeram sentir na economia portuguesa, com o crescimento do PIB em termos reais praticamente estagnado.

Associado a estas dificuldades, o desemprego aumentou no ano, alastrando a crise ao consumo privado cujo abrandamento¹ se fez reflectir muito claramente nas despesas em turismo das famílias. Efectivamente, após anos de acentuado crescimento da procura turística, cuja actividade atingiu ritmos de crescimento nominal superiores aos da própria economia, o ano de 2008 caracterizou-se por uma desaceleração da actividade como efeito da actual conjuntura económica mundial.

Conceito

A RASO, SGPS, S.A. é uma sociedade Gestora de Participações Sociais cujo portefólio é composto por acções da Star Viagem e da Geotur.

Com mais de 45 anos de experiência no mundo das agências de viagens e turismo, a Star é uma das empresas com maior expressão neste sector.

A Geotur é uma das principais agências de viagens portuguesas, com serviços direccionados para diferentes segmentos de mercado, nomeadamente corporate travel management, incentivos, lazer e turismo religioso.

Em Julho de 2008, os Grupos RAR e Sonae formalizaram um acordo para juntar as suas operações de viagens, Geotur e Star, criando a RASO, SGPS, S.A., participada a 50% por cada um dos Grupos e dotada de gestão conjunta. O acordo vigora desde Outubro do mesmo ano.

¹ 1,4% face a 1,6% em 2007, de acordo com as projecções do Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal

Estrutura do Capital

A Empresa foi constituída em 14 de Outubro de 2008 sendo detida a 100% pela Sonae Distribuição SGPS S.A. e RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. cada uma com uma quota de 50% no capital da Sociedade.

Capital Social

O capital social é constituído por 5.000.000 acções ordinárias, nominativas, com o valor nominal de 5 euro cada uma.

Evolução Económica e Financeira

Em 2008, a Empresa apenas teve cerca de três meses de actividade, tendo concluído o exercício com resultado líquido negativo de 88.268 Euros.

Perspectivas

Em 2009, o já difícil contexto macroeconómico deverá degradar-se colocando ainda mais pressão sobre o rendimento disponível dos consumidores o que trará certamente desafios adicionais ao sector do turismo e à Empresa, em particular. No entanto, e na sequência do trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipa de colaboradores motivados e detentores de um forte know-how no sector, 2009 será um ano de importantes realizações para a Empresa.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo no montante de 88.268,02 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Resultados transitados.....	88.268,02 euros
Total.....	88.268,02 euros

Considerações finais

Aos nossos Clientes, Colaboradores, Fornecedores e demais Entidades, manifestamos o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 02 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração,

Dr. Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Dr. Adriano Virgílio Guimarães Ribeiro

Eng. João Manuel da Costa Monteiro Vieira Matias

Dr. José Henrique Pinto dos Santos

Dr. Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Dr. José Manuel Martins Jesus

DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º. do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade, que nenhum deles, possui acções ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art. 448º. do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos accionistas abaixo relacionados, que:

- a Sonae Distribuição, SGPS, S.A., possui 2.500.000 acções, representativas de 50% do capital social.
- a RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A., possui 2.500.000 acções, representativas de 50% do capital social.

O Conselho de Administração,

RASO, SGPS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS 31-12-08
ACTIVOS NÃO CORRENTES:		
Investimentos	4	55.457.000
Impostos diferidos activos	5	29.422
Total de activos não correntes		55.486.422
ACTIVOS CORRENTES:		
Clientes		
Outras dívidas de terceiros	6	40.000
Outros activos correntes	8	5
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.026
Total de activos correntes		42.031
TOTAL DO ACTIVO		55.528.453
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital social	10	25.000.000
Prestações suplementares	11	24.000.000
Resultado líquido do exercício		(88.268)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		48.911.732
PASSIVO:		
PASSIVOS NÃO CORRENTES:		
Empresas do grupo e associadas	13	6.577.086
Total de passivos não correntes		6.577.086
PASSIVOS CORRENTES:		
Fornecedores	12	26.031
Estado e outros entes públicos	7	13.604
Total de passivos correntes		39.635
TOTAL DO PASSIVO		6.616.721
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		55.528.453

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

RASO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS E PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em euros)

	Notas	IFRS	
		4º Trimestre 08	31-12-08 Acumulado
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos		(1.936)	(1.936)
Outros custos operacionais		(25.069)	(25.069)
Total de custos operacionais		(27.005)	(27.005)
Resultados operacionais		(27.005)	(27.005)
Proveitos e ganhos financeiros	15	5	5
Custos e perdas financeiras	15	(90.690)	(90.690)
Resultados financeiros	15	(90.685)	(90.685)
Resultado antes de impostos		(117.690)	(117.690)
Imposto sobre o rendimento		29.422	29.422
Resultado do exercício		(88.268)	(88.268)
Resultados por acção (básico e diluído)		(0,02)	(0,02)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

RASO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prestações Suplementares</u>	<u>Resultado Líquido</u>	<u>Total do Capital Próprio</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2008		-	-	-	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008		-	-	(88.268)	(88.268)
Outros	10/11	25.000.000	24.000.000	-	49.000.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		<u>25.000.000</u>	<u>24.000.000</u>	<u>(88.268)</u>	<u>48.911.732</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

RASO, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RASO, SGPS, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 14 de Outubro de 2008, que tem a sua sede social no Aeroporto de Lisboa, Rua C, Edifício nº 124, 5º piso, freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa.

A Empresa tem como actividade principal a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas. (Nota 4).

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas, conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo, com o permitido pelo Decreto-Lei nº35/2005 de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), em vigor em 1 de Janeiro de 2008 tal como adoptadas pela União Europeia.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

2.2. Instrumentos financeiros

A empresa classifica os investimentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço.

a) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos

correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor, incluída na rubrica "Outras reservas" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

c) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transaccionar esse activo.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.3. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

f) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos Bancários de curto prazo, no balanço.

2.3. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.4. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.5. Imposto sobre o rendimento

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.2, a 31 de Dezembro de 2008, foram classificados como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS			
	Nota	Empréstimos e contas a receber	
ACTIVOS CORRENTES:			
Outras dívidas de terceiros	6	40.000	
Outros activos correntes	8	5	
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.026	
		<u>42.031</u>	
PASSIVOS FINANCEIROS			
	Nota	Empréstimos e contas a pagar	
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Outras dívidas a terceiros	13	6.577.086	
		<u>6.577.086</u>	
PASSIVOS CORRENTES:			
Fornecedores	12	26.031	
		<u>26.031</u>	

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

Empresa	31.Dezembro.2008	
	% detenção	Saldo Final
Investimentos em partes de capital		
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	100,00%	24.057.000
Star - viagens e Turismo, S.A	59,00%	18.713.131
		<u>42.770.131</u>
Adiantamento por conta de investimentos financeiros: 31.Dezembro.2008		
Star - Viagens e Turismo, S.A.		12.686.869
		<u>12.686.869</u>

Os movimentos registados na rubrica de Investimentos durante os exercícios de 2008 é discriminada como se segue:

	31. Dezembro.2008
	Não Correntes
<u>Investimentos em Empresas do Grupo</u>	
Saldo em 1 de Janeiro	-
Aquisições durante o exercício	42.770.131
Alienações durante o exercício	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>42.770.131</u>
<u>Adiantamento por conta de investimentos financeiros</u>	
Saldo em 1 de Janeiro	-
Aquisições durante o exercício	12.686.869
Saldo em 31 de Dezembro	<u>12.686.869</u>
	<u>55.457.000</u>

O aumento registado na rubrica “Investimentos em empresas do grupo” inclui a aquisição de 100% da sociedade Geotur – Viagens e Turismo, S.A., no montante de 24.057.000 euros e de 59% da sociedade Star - Viagens e Turismo, S.A. no montante de 18.713.131 euros.

O aumento registado na rubrica “Adiantamento por conta de investimentos financeiros” inclui uma opção de compra de 40% Star - Viagens e Turismo, S.A.

5. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os activos por impostos diferidos registados a 31 de Dezembro de 2008, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, no montante de 29.422 euros correspondem a activos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais dedutíveis. Este registo teve efeitos em resultados do exercício.

6. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 40.000 euros registados na rubrica “Outras dividas de terceiros” corresponde a empréstimos de curto prazo concedidos por empresas do grupo (Nota 16)

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Valores credores:

	<u>31.Dezembro.2008</u>
Retenção de Imposto sobre Rendimentos	<u>13.604</u>
	<u>13.604</u>

8. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica Outros activos correntes, corresponde a juros de empréstimos concedidos a Empresas do Grupo.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2008</u>
Depósitos bancários	<u>2.026</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço e demonstração de fluxos de caixa	<u>2.026</u>

10. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social, encontra-se integralmente subscrito e realizado, está representado por 5.000.000 acções ordinárias, nominativas, com o valor nominal de 5 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Sonae Distribuição, SGPS, S.A.	50
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	50

11. PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa apresentava 24.000.000 euros relativos a Prestações suplementares, de acordo com contrato social.

12. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da actividade normal da empresa.

13. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 6.577.086 euros registados na rubrica "Outras dividas a terceiros" corresponde a empréstimos de médio e longo prazo obtidos a empresas do grupo (Nota 16).

14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 foram:

Transacções	Juros recebidos	Juros suportados
	31.Dezembro.2008	31.Dezembro.2008
Empresa- Mãe		90.690
Empresas do grupo e associadas	5	
	<u>5</u>	<u>90.690</u>

Saldos	Contas a pagar	Empréstimos concedidos	Empréstimos obtidos
	31.Dezembro.2008	31Dezembro.2008	31.Dezembro.2008
Empresa- Mãe	26.031		6.577.086
Empresas do grupo e associadas		40.000	
	<u>26.031</u>	<u>40.000</u>	<u>6.577.086</u>

15. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2008 têm a seguinte decomposição:

	31.Dezembro.2008
Custos e perdas:	
Juros suportados	
relativos a emprestimos obtidos de empresas do grupo	90.690
	<u>90.690</u>
Resultados financeiros	<u>(90.685)</u>
Proveitos e ganhos:	
Juros obtidos	
relativos a emprestimos concedidos de empresas do grupo	5
	<u>5</u>

16. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 3318/94 art. 5º nº 4

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2008 foram celebrados contratos de Suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Distribuição, SGPS, S.A.
RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A.

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 31 de Dezembro de 2008 eram como se segue:

Empréstimos obtidos não correntes (Nota 13):

Sonae Distribuição, SGPS, S.A. – 3.288.543 euros

RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A. – 3.288.543 euros

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2008 foram celebrados contratos de Operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Star – Agência de Viagens e Turismo, S.A.

Geotur – Agência de Viagens e Turismo, S.A.

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Empréstimos concedidos correntes (Nota 6):

Star – Agência de Viagens e Turismo, S.A. – 20.000 euros

Geotur – Agência de Viagens e Turismo, S.A. – 20.000 euros

Matosinhos, 2 de Fevereiro de 2009

RASO, S. G. P. S., S.A.

ORGÃOS SOCIAIS
(Mandato 2008 a 2012)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos
Dr. Adriano Virgílio Guimarães Ribeiro
Eng. João Manuel da Costa Monteiro Vieira Matias
Dr. José Henrique Pinto dos Santos
Dr. Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida
Dr. José Manuel Martins Jesus

FISCAL ÚNICO

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada pelo
Dr. José Pereira Alves - Revisor Oficial de Contas

FISCAL SUPLENTE

Dr. Hermínio António Paulos Afonso - Revisor Oficial de Contas

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Carlos Manuel de Brito Nascimento Lucena- Presidente
Dra. Alice de Assunção Castanho Amado - Secretária